

A LINGUAGEM COMO CAMPO DE PODER À LUZ DAS INTERSECCIONALIDADES DE FÚLVIA ROSEMBERG E DOS ESTUDOS CULTURAIS.

Maristela Motter ¹
Rochele R. Andreazza Maciel ²

RESUMO

Este estudo busca analisar a linguagem como campo de poder nas práticas pedagógicas da Educação Infantil em Caxias do Sul, especificamente em crianças na faixa etária de 4 e 5 anos da rede privada, levando em consideração as interseccionalidades de classe, raça, gênero e nacionalidade. A pesquisa surge da experiência profissional da autora em escolas de Educação Infantil e na assessoria pedagógica municipal, onde observa práticas excludentes e xenofóbicas que afetam crianças migrantes e grupos historicamente marginalizados. A linguagem é entendida não apenas como meio de comunicação, mas como elemento central na produção de sentidos, identidades e desigualdades. O problema central questiona como a linguagem, enquanto campo de poder, manifesta-se nas práticas educacionais quando analisada sob as interseccionalidades. Os objetivos incluem analisar discursos pedagógicos, identificar desigualdades simbólicas, verificar como as práticas podem reproduzir ou contestar hierarquias linguísticas e propor estratégias equitativas. Nesse contexto, autores como Hall (1997) contribuem ao compreender a linguagem como disputa simbólica; Rosemberg (1989) evidencia como políticas e práticas da Educação Infantil brasileira reproduzem desigualdades; e Crenshaw (1989) oferece o olhar interseccional para entender como opressões se cruzam e são experienciadas diferentemente. A pesquisa busca compreender como o direito à educação infantil se efetiva no município, articulando os Estudos Culturais, a perspectiva de Rosemberg (1989) e a realidade escolar local. Os Estudos Culturais destacam que a linguagem não apenas reflete a realidade, mas constrói significados e identidades, sendo um espaço de disputa simbólica. A metodologia qualitativa envolve revisão bibliográfica, análise documental, eventual trabalho de campo e análise do discurso. Espera-se como contribuição o aprofundamento da compreensão sobre a linguagem, poder e interseccionalidade, além de caminhos para políticas públicas e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, linguística e o protagonismo infantil para essa etapa da educação básica. Assim, poderemos contribuir com políticas educacionais e práticas pedagógicas mais equitativas e menos excludentes.

Palavras-chave: Linguagem. Identidade. Interseccionalidades. Cultura.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul. Professora da Rede Municipal de Caxias do Sul. Graduada em Pedagogia e Letras Inglês pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. mmkessle@ucs.br

² Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul – UCS. rramacie@ucs.br



INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de apresentar minhas intenções de pesquisa de mestrado, que começaram a se delinear por ocasião das minhas observações nas escolas infantis de Caxias do Sul, nas etapas de creche e pré-escola. Hoje, atuando como professora da rede municipal de Caxias do Sul e atualmente na assessoria da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação (SMED), percebo a persistência de práticas excludentes e xenofóbicas em relação a imigrantes, assim como desafios relacionados às interseccionalidades de raça, classe e gênero, com foco na linguagem dos educadores e nas formas de reconhecimento das crianças no cotidiano escolar.

Nesse contexto, a linguagem constitui-se como elemento central na construção de sentidos, identidades e relações de poder. Nos Estudos Culturais, Stuart Hall destaca que “a linguagem é o meio privilegiado pelo qual damos sentido às coisas” (HALL, 1997), evidenciando que ela não apenas reflete a realidade, mas produz significados e identidades, constituindo-se também como espaço de disputa simbólica e cultural. A partir dessa perspectiva, compreende-se que os discursos produzidos nos espaços educativos participam ativamente da constituição das diferenças e das formas de pertencimento, podendo legitimar práticas de inclusão ou exclusão social.

Rosemberg evidencia que a Educação Infantil no Brasil historicamente reproduz desigualdades sociais, raciais e culturais. Para a autora, as instituições educativas frequentemente operam por meio de mecanismos de invisibilização e hierarquização das diferenças, especialmente em relação às crianças pobres, negras e periféricas (ROSEMBERG, 1989). Nesse sentido, a linguagem atua como campo de poder, capaz de marginalizar determinadas expressões culturais e linguísticas das crianças, reforçando processos de exclusão e desigualdade.

A linguagem, portanto, não se limita a um meio de comunicação, mas representa um território de produção de sentidos, identidades e subjetividades, atravessado por relações de poder que podem reproduzir desigualdades sociais, raciais e de gênero. Conforme Hall (1997), os significados são construídos socialmente por meio dos sistemas de representação, sendo a linguagem um dos principais mecanismos de produção cultural. Nessa direção, os estudos de Rosemberg demonstram que as instituições de Educação Infantil, historicamente, foram organizadas a partir de padrões normativos que muitas vezes silenciam as múltiplas



formas de expressão das crianças e desconsideram suas diferentes experiências culturais e sociais.

A perspectiva da interseccionalidade, desenvolvida por Crenshaw (1989) contribui para compreender que as desigualdades não se apresentam de forma isolada, mas articulada. Segundo Crenshaw (1989), as opressões relacionadas à raça, gênero e classe “interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências” dos sujeitos. Dessa forma, raça, classe, gênero, migração e nacionalidade cruzam-se nas experiências das crianças e dos educadores, produzindo diferentes formas de exclusão, invisibilização ou privilégio. Compreender as tecituras das infâncias implica reconhecer que as crianças vivenciam a Educação Infantil de maneiras distintas, conforme os marcadores sociais que atravessam suas trajetórias e formas de pertencimento.

A compreensão das infâncias contemporâneas exige reconhecer a criança como sujeito histórico, social, cultural e produtor de sentidos. Nessa perspectiva, o conceito de “tecituras da infância” emerge como possibilidade teórica e metodológica para compreender os entrelaçamentos entre linguagem, experiências, culturas, identidades, afetos e relações sociais que constituem as vivências infantis nos espaços educativos. As tecituras representam os fios simbólicos e sociais que se entrecruzam na constituição das crianças e nas práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil.

A presente pesquisa busca investigar como se efetiva o direito à Educação Infantil em Caxias do Sul, à luz dos Estudos Culturais e da perspectiva interseccional, analisando a linguagem como campo de poder e considerando as intersecções de classe, raça, gênero e nacionalidade presentes nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas entre educadores e crianças. Pretende-se compreender como diferentes formas de linguagem e expressão infantil são reconhecidas, valorizadas ou silenciadas no contexto educativo, bem como identificar de que maneira discursos e práticas institucionais podem reproduzir desigualdades ou contribuir para processos mais inclusivos e equitativos.

Como objetivo geral, a pesquisa pretende analisar as relações entre linguagem, reconhecimento e interseccionalidades nas práticas pedagógicas da Educação Infantil em Caxias do Sul, considerando as tecituras das infâncias e os processos de produção de sentidos nas interações entre educadores e crianças.



Ao articular os Estudos Culturais, a perspectiva interseccional e a experiência prática nas escolas infantis de Caxias do Sul, esta pesquisa pretende ampliar os debates sobre linguagem, reconhecimento e produção de sentidos na Educação Infantil, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, sensíveis às diferenças e comprometidas com a justiça social e o direito das crianças à educação de qualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, por compreender que os processos de linguagem, reconhecimento e produção de sentidos nas infâncias são construídos social e culturalmente nas interações estabelecidas no contexto da Educação Infantil. A investigação será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada nos Estudos Culturais e nas discussões acerca da infância e da interseccionalidade, com ênfase nas obras de Stuart Hall e Fúlvia Rosemberg, buscando compreender como a linguagem atua na produção de significados, identidades e relações de poder atravessadas por raça, classe, gênero e migração.

Como procedimento metodológico, será utilizado o grupo focal, realizado com professores cursistas do Programa de Leitura e Escrita - PROLEEI, a fim de promover espaços de diálogo e reflexão acerca das práticas pedagógicas e das interações vivenciadas no cotidiano escolar. Os encontros serão orientados por questões semi-estruturadas, possibilitando compreender como diferentes formas de expressão, linguagem e pertencimento cultural das crianças são reconhecidas, valorizadas ou, em alguns casos, silenciadas no ambiente educativo.

Os dados produzidos a partir dos grupos focais serão analisados à luz da perspectiva discursiva e interseccional, considerando os marcadores sociais que atravessam as experiências infantis e as práticas educativas. A análise buscará identificar sentidos, discursos e concepções presentes nas narrativas dos participantes, problematizando os processos de inclusão, exclusão e reconhecimento na Educação Infantil.

Por envolver a participação de seres humanos, a pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando os princípios éticos previstos nas normativas vigentes. Serão assegurados o sigilo das informações, a preservação da identidade dos participantes e a



participação voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo fundamenta-se nos Estudos Culturais, especialmente nas contribuições de Stuart Hall, compreendendo a linguagem como prática discursiva produtora de sentidos, identidades e relações de poder. Para Hall (1997), a linguagem não apenas representa o mundo social, mas participa ativamente da constituição das identidades, das diferenças e dos processos de inclusão e exclusão. Nessa perspectiva, os discursos presentes nos contextos educativos produzem significações sobre as crianças, seus pertencimentos culturais e suas formas de inserção social, contribuindo para legitimar ou tensionar desigualdades historicamente construídas.

No campo da Educação Infantil, as reflexões de Rosemberg (1989) evidenciam que as práticas pedagógicas, os materiais educativos e as interações entre crianças e adultos são atravessados por relações de poder vinculadas à raça, classe e gênero. A autora afirma ainda que:

“Assim, apesar de a criança já nascer em sociedade fortemente marcada por identidade de gênero bipolar, não é possível afirmar que nas sociedades ocidentais ocorram desigualdades de gênero no plano material desde a pequena infância, diferentemente do que ocorreria para desigualdades de classe e de raça”. (ROSEMBERG, 1989).

A autora problematiza os mecanismos de silenciamento, invisibilização e hierarquização presentes nas instituições educativas, demonstrando como as desigualdades sociais e raciais se manifestam desde a infância por meio da linguagem, das representações e das experiências cotidianas.

As contribuições de Vigotski também dialogam ao compreender a linguagem como mediadora dos processos de desenvolvimento humano e das relações sociais. Para Vigotski (2007), “a linguagem origina-se, em primeiro lugar, como meio de comunicação entre a criança e as pessoas que a rodeiam”, evidenciando que a criança constitui-se nas interações com o outro e com a cultura. Assim, a linguagem torna-se elemento fundamental na produção de significados, aprendizagens e formas de participação social, influenciando diretamente a



construção das identidades, dos sentidos e das formas de reconhecimento das crianças no contexto da Educação Infantil.

A pesquisa ancora-se ainda na perspectiva da interseccionalidade, especialmente a partir das contribuições de Kimberlé Crenshaw, compreendendo que raça, classe, gênero e migração não atuam de forma isolada, mas articulada, produzindo diferentes experiências sociais e educativas. Tal abordagem possibilita analisar como múltiplos marcadores sociais atravessam as infâncias e influenciam os processos de reconhecimento, pertencimento e produção de sentidos nas interações estabelecidas no contexto da Educação Infantil.

Nesse sentido, a investigação busca compreender as tecituras das infâncias a partir das linguagens e discursos produzidos nas práticas educativas, reconhecendo as crianças como sujeitos sociais, culturais e históricos. Ao considerar as interseccionalidades presentes nas experiências infantis, o estudo procura tensionar concepções homogêneas de infância e contribuir para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, o reconhecimento das diferenças e a valorização da diversidade cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas. Levando em consideração a referência a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo apontam para a relevância de compreender as tecituras das infâncias a partir das múltiplas relações que atravessam os contextos educativos, especialmente aquelas vinculadas à raça, classe, gênero e migração. Por exemplo, “a busca de superar subordinações de classe pode ignorar ou mesmo apoiar-se em subordinações de gênero e raça. Intervenções igualitárias podem ter impactos diversos nos diferentes segmentos sociais” (ROSEMBERG, 1989).



Ao fundamentar-se nos Estudos Culturais e na perspectiva da interseccionalidade, a pesquisa evidencia que a linguagem, longe de ser neutra, participa da produção de significados, identidades, pertencimentos e também de processos de silenciamento e exclusão no cotidiano da Educação Infantil.

As contribuições de Stuart Hall possibilitam compreender a linguagem como prática discursiva produtora de sentidos e relações de poder, enquanto os estudos de Fúlvia Rosemberg evidenciam como as desigualdades sociais e raciais se manifestam desde a infância, atravessando as práticas pedagógicas, as interações e as formas de reconhecimento das crianças. Nesse sentido, a investigação reafirma a necessidade de problematizar concepções homogêneas de infância, reconhecendo as diferentes tecituras que constituem as experiências infantis e suas múltiplas formas de existência.

Ao dialogar com educadores por meio dos grupos focais, espera-se contribuir para a ampliação das reflexões acerca das práticas pedagógicas e dos discursos produzidos na Educação Infantil, possibilitando a construção de olhares mais atentos às interseccionalidades e às tecituras culturais presentes nas vivências das crianças. A pesquisa também pretende fortalecer discussões sobre equidade, reconhecimento e valorização da diversidade, promovendo práticas educativas mais inclusivas, sensíveis às diferenças e comprometidas com a justiça social.

Por fim, compreende-se que o estudo poderá contribuir para o campo da Educação Infantil ao ampliar debates sobre linguagem, reconhecimento e produção de sentidos nas tecituras das infâncias, evidenciando que as crianças são sujeitos sociais, culturais e históricos, constituídos nas relações e nos discursos que permeiam os espaços educativos. Dessa forma, a pesquisa busca colaborar para a construção de práticas pedagógicas que acolham as pluralidades culturais e reconheçam as múltiplas vozes, experiências e identidades presentes nas infâncias contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 1996.



CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRIEDMANN, Adriana Friedmann. *Linguagens e culturas infantis*. São Paulo: Cortez, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Educação Infantil, classe, raça e gênero no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, 1989.

_____. *Políticas de Educação Infantil no Brasil: a arte do possível*. Cadernos de Pesquisa, 2002.

_____. *Educação infantil e desigualdades: uma análise das políticas públicas brasileiras*. São Paulo: Cortez, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *As culturas da infância*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

VYGOTSKY, Lev . *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

